A EDUCAÇÃO BRASILEIRA COMO MECANISMO DE REPRODUÇÃO DA DOMINAÇÃO SIMBÓLICA: DA LIMITAÇÃO DO PROTAGONISMO FEMININO À VULNERABILIDADE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

BRAZILIAN EDUCATION AS A MECHANISM FOR REPRODUCTION OF SYMBOLIC DOMINATION: FROM THE LIMITATION OF FEMALE AGENCY TO VULNERABILITY TO DOMESTIC VIOLENCE

LA EDUCACIÓN BRASILEÑA COMO MECANISMO DE REPRODUCCIÓN DE LA DOMINACIÓN SIMBÓLICA: DE LA LIMITACIÓN DEL PROTAGONISMO FEMENINO A LA VULNERABILIDAD A LA VIOLENCIA DOMÉSTICA

10.56238/IICONEDUCA-042

Mariza Barros Ribeiro da Vitória
Mestre em História Social das Relações Políticas
Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
E-mail: mariza.vitoria@educador.edu.es.gov.br

RESUMO
A desigualdade de gênero constitui uma das expressões mais persistentes das relações de poder estabelecidas historicamente nas sociedades ocidentais. No Brasil, essas desigualdades manifestam-se de forma significativa no campo educacional, influenciando o acesso ao conhecimento, as oportunidades profissionais e a autonomia econômica das mulheres. O presente artigo tem como objetivo analisar as desigualdades de gênero presentes na educação brasileira a partir de uma revisão bibliográfica fundamentada em autores que discutem as relações entre poder, dominação, violência simbólica e construção social do gênero. Para tanto, são mobilizadas as contribuições teóricas de Pierre Bourdieu, Simone de Beauvoir, Joan Scott, Hannah Arendt, Maria da Glória de Oliveira, Serge Moscovici e Denise Jodelet, entre outros pesquisadores. O estudo demonstra que a educação, embora reconhecida como instrumento de emancipação, também pode atuar como mecanismo de reprodução das desigualdades ao legitimar papéis sociais tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres. Nesse contexto, a violência simbólica, as representações sociais e a organização patriarcal da sociedade contribuem para o desencorajamento da permanência feminina em determinados espaços educacionais e profissionais, favorecendo a concentração das mulheres em ocupações de menor prestígio social e econômico. Como consequência, a limitação das oportunidades educacionais repercute diretamente na autonomia financeira das mulheres, fortalecendo relações de dependência econômica que podem aumentar sua vulnerabilidade à violência doméstica. Conclui-se que a superação dessas desigualdades exige transformações estruturais nas instituições educacionais, nas políticas públicas e nas representações culturais que sustentam a dominação masculina.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Violência Simbólica. Patriarcado. Dominação Masculina.

ABSTRACT
Gender inequality constitutes one of the most persistent expressions of power relations historically established in Western societies. In Brazil, these inequalities manifest themselves significantly in the educational field, influencing women's access to knowledge, professional opportunities, and economic autonomy. This article aims to analyze gender inequalities present in Brazilian education through a bibliographic review grounded in authors who discuss the relations between power, domination, symbolic violence, and social construction of gender. To this end, the theoretical contributions of Pierre Bourdieu, Simone de Beauvoir, Joan Scott, Hannah Arendt, Maria da Glória de Oliveira, Serge Moscovici, and Denise Jodelet, among other researchers, are mobilized. The study demonstrates that education, although recognized as an instrument of emancipation, can also act as a mechanism for reproducing inequalities by legitimizing social roles traditionally attributed to men and women. In this context, symbolic violence, social representations, and the patriarchal organization of society contribute to the discouragement of female permanence in certain educational and professional spaces, favoring the concentration of women in occupations of lower social and economic prestige. As a consequence, the limitation of educational opportunities directly impacts women's financial autonomy, strengthening relations of economic dependence that can increase their vulnerability to domestic violence. It is concluded that overcoming these inequalities requires structural transformations in educational institutions, public policies, and cultural representations that sustain male domination.

Keywords: Education. Gender. Symbolic Violence. Patriarchy. Male Domination.

RESUMEN
La desigualdad de género constituye una de las expresiones más persistentes de las relaciones de poder establecidas históricamente en las sociedades occidentales. En Brasil, estas desigualdades se manifiestan de forma significativa en el campo educativo, influyendo en el acceso al conocimiento, las oportunidades profesionales y la autonomía económica de las mujeres. El presente artículo tiene como objetivo analizar las desigualdades de género presentes en la educación brasileña a partir de una revisión bibliográfica fundamentada en autores que discuten las relaciones entre poder, dominación, violencia simbólica y construcción social del género. Para ello, se movilizan las contribuciones teóricas de Pierre Bourdieu, Simone de Beauvoir, Joan Scott, Hannah Arendt, María da Glória de Oliveira, Serge Moscovici y Denise Jodelet, entre otros investigadores. El estudio demuestra que la educación, aunque reconocida como instrumento de emancipación, también puede actuar como mecanismo de reproducción de las desigualdades al legitimar roles sociales tradicionalmente atribuidos a hombres y mujeres. En este contexto, la violencia simbólica, las representaciones sociales y la organización patriarcal de la sociedad contribuyen al desaliento de la permanencia femenina en determinados espacios educativos y profesionales, favoreciendo la concentración de las mujeres en ocupaciones de menor prestigio social y económico. Como consecuencia, la limitación de las oportunidades educativas repercute directamente en la autonomía financiera de las mujeres, fortaleciendo relaciones de dependencia económica que pueden aumentar su vulnerabilidad a la violencia doméstica. Se concluye que la superación de estas desigualdades exige transformaciones estructurales en las instituciones educativas, en las políticas públicas y en las representaciones culturales que sostienen la dominación masculina.

Palabras clave: Educación. Género. Violencia Simbólica. Patriarcado. Dominación Masculina.

1 INTRODUÇÃO

A educação ocupa papel central na constituição das sociedades democráticas, sendo reconhecida como um dos principais instrumentos de promoção da cidadania, da igualdade de oportunidades e da mobilidade social. Entretanto, ao longo da história, os sistemas educacionais também desempenharam importante função na reprodução das desigualdades sociais, culturais e econômicas, especialmente aquelas relacionadas às diferenças entre homens e mulheres. Em vez de promover exclusivamente processos emancipatórios, a escola frequentemente reproduz valores, normas e práticas que legitimam relações hierárquicas baseadas no gênero.

No contexto brasileiro, essas desigualdades estão profundamente relacionadas à formação histórica da sociedade patriarcal. Desde o período colonial, a educação foi organizada de forma a preparar homens e mulheres para funções sociais distintas. Enquanto os homens eram destinados ao exercício da vida pública, da política e das profissões consideradas intelectualmente prestigiadas, às mulheres era reservado o espaço doméstico, associado ao cuidado da família, à maternidade e às atividades de reprodução da vida social.

Embora importantes conquistas tenham ampliado o acesso feminino à educação ao longo do século XX, persistem mecanismos sociais e culturais que limitam a plena igualdade entre homens e mulheres. Esses mecanismos manifestam-se de forma muitas vezes invisível, naturalizada e legitimada socialmente, configurando aquilo que Pierre Bourdieu denomina violência simbólica. Trata-se de uma forma de dominação exercida sem o uso da força física, sustentada pela interiorização de valores, crenças e representações que fazem com que as desigualdades pareçam naturais ou inevitáveis.

Nesse sentido, compreender a desigualdade de gênero exige ultrapassar explicações fundamentadas exclusivamente em diferenças biológicas. Conforme argumenta Simone de Beauvoir (2019), a condição feminina é resultado de um processo histórico e social de construção, sintetizado em sua conhecida afirmação de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Essa perspectiva desloca o debate para os processos de socialização responsáveis por definir expectativas, comportamentos e possibilidades distintas para homens e mulheres.

A categoria gênero também adquire centralidade nas análises historiográficas desenvolvidas por Joan Scott (1995), que propõe compreender o gênero como uma categoria útil de análise histórica. Para a autora, as diferenças entre homens e mulheres constituem construções culturais relacionadas às formas de organização do poder, sendo impossível compreender as desigualdades sociais sem considerar as relações de gênero como elemento estruturante da vida social.

A educação constitui um dos principais espaços de produção e reprodução dessas relações. O currículo escolar, os materiais didáticos, as práticas pedagógicas e até mesmo as expectativas

depositadas sobre meninas e meninos participam da construção de representações sociais que orientam escolhas profissionais, comportamentos e projetos de vida. Como destacam Serge Moscovici (2012) e Denise Jodelet (2001), as representações sociais organizam a forma como os indivíduos interpretam a realidade, funcionando como conhecimentos compartilhados que orientam práticas e relações sociais.

As desigualdades de gênero permanecem evidentes mesmo diante da ampliação do acesso feminino à educação. De acordo com o estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), as mulheres brasileiras continuam dedicando quase o dobro do tempo dos homens aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, com média de 21,3 horas semanais, enquanto os homens dedicam 11,7 horas. Essa distribuição desigual do trabalho reprodutivo limita oportunidades educacionais e profissionais, evidenciando que a igualdade formal de acesso à escola não elimina as barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres.

Além disso, tais processos repercutem diretamente na inserção feminina no mercado de trabalho. Apesar do crescimento da escolarização das mulheres nas últimas décadas, observa-se sua predominância em ocupações relacionadas ao cuidado, à educação básica, aos serviços e às atividades historicamente associadas ao trabalho feminino, geralmente marcadas por menor remuneração e menor reconhecimento social.

Essas desigualdades possuem implicações que ultrapassam o campo educacional. A limitação do acesso a determinadas carreiras e a concentração feminina em ocupações menos valorizadas reduzem a autonomia econômica das mulheres, favorecendo relações de dependência financeira que podem dificultar o rompimento de situações de violência doméstica. Dessa forma, educação, mercado de trabalho e violência de gênero constituem dimensões profundamente interligadas.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar as desigualdades de gênero presentes na educação brasileira, discutindo como a violência simbólica, as representações sociais e a organização patriarcal da sociedade contribuem para a reprodução da dominação masculina. Busca-se compreender de que maneira esses processos influenciam a permanência das meninas na escola, sua inserção profissional e sua autonomia econômica, evidenciando a necessidade de políticas públicas e práticas educacionais comprometidas com a promoção da igualdade de gênero.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em obras clássicas e contemporâneas sobre gênero, educação e relações de poder. A análise foi desenvolvida a partir das contribuições de Pierre Bourdieu, Simone de Beauvoir, Joan Scott,

Hannah Arendt, Maria da Glória de Oliveira, Serge Moscovici, Denise Jodelet, Heleieth Saffioti e Guacira Lopes Louro. Para complementar a discussão teórica, foram utilizados dados estatísticos de órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), buscando integrar evidências empíricas às interpretações produzidas pela literatura especializada.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão proposta por Joan Scott acerca do gênero como categoria de análise pode ser aprofundada pelas contribuições de Maria da Glória de Oliveira (2019), especialmente no campo da teoria da História e da historiografia. A autora demonstra que a escrita da história não constitui um processo neutro de registro do passado, mas uma prática social atravessada por disputas de poder, escolhas metodológicas e critérios de legitimidade que determinam quais sujeitos, experiências e narrativas serão preservados como parte da memória coletiva.

Ao analisar as relações entre historiografia, memória e ensino de História, Oliveira argumenta que a produção do conhecimento histórico participa da construção das identidades sociais, influenciando a maneira como diferentes grupos compreendem seu lugar na sociedade. Dessa forma, o currículo escolar não apenas transmite informações sobre acontecimentos passados, mas também estabelece referências simbólicas acerca de quem são os protagonistas da história nacional e quais experiências são consideradas relevantes para a formação da cidadania.

Essa perspectiva permite compreender que a invisibilidade das mulheres nos livros didáticos, nos currículos escolares e nas narrativas históricas não representa mera ausência de personagens femininas. Trata-se de um processo de silenciamento que produz efeitos concretos na constituição das identidades de gênero e na percepção das possibilidades de atuação social das mulheres. Quando cientistas, intelectuais, líderes políticas, artistas e educadoras permanecem ausentes da história ensinada, consolida-se a falsa impressão de que os grandes processos históricos foram conduzidos exclusivamente por homens, reforçando simbolicamente a centralidade masculina na produção do conhecimento e no exercício do poder.

Em seus estudos mais recentes, Maria da Glória de Oliveira também incorpora contribuições do pensamento feminista decolonial para questionar os pressupostos universalistas que tradicionalmente orientaram a historiografia. A autora argumenta que categorias aparentemente neutras frequentemente ocultam marcadores de gênero, raça e classe, produzindo uma escrita da história que

privilegia determinados sujeitos enquanto marginaliza outros. Assim, defender a inclusão das mulheres na narrativa histórica não significa apenas ampliar o número de personagens femininas estudadas, mas questionar os próprios critérios que definem quais conhecimentos são reconhecidos como legítimos pela disciplina histórica.

Essa reflexão dialoga diretamente com Pierre Bourdieu ao evidenciar que a produção do conhecimento também constitui um espaço de exercício da violência simbólica. Assim como a escola reproduz desigualdades por meio da valorização desigual dos capitais culturais, a historiografia pode reproduzir relações de dominação quando naturaliza a ausência de determinados grupos sociais nas narrativas oficiais. A invisibilização das experiências femininas transforma-se, portanto, em mecanismo simbólico de legitimação da ordem patriarcal, contribuindo para que as desigualdades contemporâneas sejam percebidas como naturais e historicamente inevitáveis.

Sob essa perspectiva, o ensino de História assume papel estratégico na promoção da igualdade de gênero. Ao incorporar diferentes experiências femininas, problematizar os processos de exclusão e reconhecer a pluralidade dos sujeitos históricos, a educação deixa de apenas transmitir conhecimentos acumulados e passa a desenvolver uma consciência histórica crítica. Essa proposta aproxima-se da compreensão de que ensinar História significa formar cidadãos capazes de reconhecer as relações de poder presentes na construção da memória coletiva e de questionar os mecanismos responsáveis pela reprodução das desigualdades sociais.

A compreensão das desigualdades de gênero exige analisar não apenas as formas explícitas de discriminação, mas também os mecanismos sutis por meio dos quais as relações de poder são naturalizadas e reproduzidas no cotidiano. Em *A Dominação Masculina* (2002), Bourdieu argumenta que a ordem patriarcal se mantém porque suas regras são incorporadas pelos próprios indivíduos durante os processos de socialização. Desde a infância, homens e mulheres aprendem a perceber determinadas diferenças como naturais, quando, na realidade, são construções históricas e culturais. A violência simbólica opera precisamente nesse processo de naturalização: aquilo que é produto das relações de poder passa a ser interpretado como consequência inevitável da natureza humana.

Quando essa lógica é aplicada às relações de gênero, percebe-se que meninas e meninos são frequentemente incentivados a desenvolver competências distintas. Enquanto características como liderança, competitividade e racionalidade costumam ser associadas ao universo masculino, qualidades como sensibilidade, cuidado e obediência são incentivadas entre as meninas. Essa divisão influencia escolhas acadêmicas e profissionais, restringindo as possibilidades de desenvolvimento feminino em áreas tradicionalmente masculinas. Além disso, a violência simbólica manifesta-se por meio da linguagem, das representações midiáticas, dos livros didáticos e das práticas institucionais. A ausência

de mulheres cientistas, filósofas, políticas e intelectuais nos currículos escolares reforça a ideia de que os grandes avanços da humanidade foram produzidos predominantemente por homens, invisibilizando importantes contribuições femininas para a ciência, a política, a literatura e a cultura.

A história da educação brasileira está intimamente relacionada à formação da sociedade patriarcal. Desde o período colonial, o acesso ao conhecimento foi organizado segundo critérios que privilegiavam os homens, especialmente aqueles pertencentes às elites econômicas e políticas. Às mulheres, quando lhes era permitido estudar, destinava-se uma formação voltada principalmente para o casamento, a maternidade e a administração do lar.

Durante os séculos XVI ao XIX, a educação feminina possuía objetivos bastante distintos da educação masculina. Enquanto os meninos recebiam formação voltada para atividades intelectuais, jurídicas, administrativas e religiosas, as meninas aprendiam habilidades consideradas indispensáveis ao desempenho das funções domésticas. A alfabetização feminina, quando ocorria, frequentemente limitava-se à leitura de textos religiosos e ao aprendizado de boas maneiras, reforçando a ideia de que a mulher deveria ocupar prioritariamente o espaço privado. Mesmo após a ampliação do acesso feminino à educação no século XX, diversas práticas escolares continuaram reproduzindo expectativas diferenciadas em relação aos sexos. A divisão entre disciplinas consideradas "masculinas" e "femininas", a orientação profissional baseada em estereótipos e a baixa representatividade feminina em determinados conteúdos curriculares demonstram que a escola permaneceu influenciada por valores patriarcais.

Maria da Glória de Oliveira reforça essa perspectiva ao discutir o ensino de História. A autora argumenta que a narrativa histórica tradicional privilegiou protagonistas masculinos, relegando as mulheres a posições secundárias ou mesmo ao silêncio historiográfico. Essa invisibilidade produz impactos significativos sobre a formação da identidade das estudantes, que encontram poucas referências femininas de protagonismo científico, político ou intelectual. A permanência dessas práticas demonstra que a igualdade formal de acesso à escola não elimina automaticamente as desigualdades de gênero. Ainda que meninas apresentem elevados índices de escolarização, continuam enfrentando obstáculos relacionados às expectativas sociais sobre seus papéis familiares, profissionais e afetivos.

A permanência das desigualdades de gênero também pode ser compreendida a partir da Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici (2012). Segundo o autor, as representações sociais correspondem a formas de conhecimento construídas coletivamente, responsáveis por orientar a interpretação da realidade e organizar as relações entre os indivíduos. As representações não constituem simples opiniões individuais, mas sistemas compartilhados de valores,

imagens e explicações que influenciam comportamentos cotidianos. Elas permitem que grupos sociais atribuam significado aos acontecimentos e definam aquilo que consideram normal, desejável ou aceitável.

Dados do Censo da Educação Superior (Inep, 2024), mostram que as mulheres permanecem majoritariamente concentradas em cursos relacionados à educação, enfermagem, psicologia e assistência social, enquanto os homens predominam nas engenharias, computação e diversas áreas tecnológicas. Embora essa distribuição resulte de múltiplos fatores, ela revela a persistência de representações culturais que associam determinadas profissões ao cuidado e outras ao exercício do poder técnico e científico.

Denise Jodelet (2001) amplia essa discussão ao afirmar que as representações sociais orientam práticas concretas, influenciando decisões, relações interpessoais e formas de organização social. Elas não apenas descrevem o mundo, mas contribuem para produzi-lo, legitimando determinadas formas de poder e exclusão.

Hannah Arendt (2001), ao discutir os conceitos de autoridade, tradição e educação, destaca que os processos educativos exercem papel central na transmissão dos valores de uma sociedade. Embora Arendt não trate especificamente das desigualdades de gênero, suas reflexões permitem compreender que a educação não apenas comunica conhecimentos, mas também perpetua formas de organização social e relações de poder entre as gerações. Quando esses valores permanecem vinculados à lógica patriarcal, a escola contribui para reproduzir estruturas de dominação. A autoridade masculina é apresentada como legítima, enquanto a autonomia feminina frequentemente enfrenta resistência simbólica. O resultado é a consolidação de uma cultura que considera naturais as diferenças de oportunidades entre homens e mulheres.

A análise das desigualdades de gênero no Brasil exige considerar que as experiências das mulheres são atravessadas por diferentes marcadores sociais, como raça, classe, território e condição econômica. Embora o gênero constitua uma dimensão fundamental das relações de poder, ele não atua isoladamente. Mulheres pertencentes a diferentes grupos sociais vivenciam formas distintas de exclusão, acesso desigual às oportunidades e diferentes níveis de vulnerabilidade.

No contexto brasileiro, essa perspectiva é fundamental para compreender que as desigualdades educacionais e profissionais não atingem mulheres brancas e negras da mesma maneira. A herança histórica da escravidão, associada às estruturas patriarcais e às desigualdades econômicas, produziu formas específicas de exclusão enfrentadas pelas mulheres negras, que permanecem em posições sociais mais vulneráveis. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres negras apresentam maiores taxas de informalidade, menores rendimentos médios e maior

concentração em ocupações relacionadas ao trabalho doméstico e aos serviços de cuidado. Essa realidade demonstra que a ampliação do acesso feminino à educação não eliminou as desigualdades estruturais, uma vez que os benefícios da escolarização são distribuídos de forma desigual entre os diferentes grupos sociais. No campo da educação, essa abordagem permite compreender por que determinadas meninas apresentam maiores dificuldades de permanência escolar. A evasão ou interrupção dos estudos não decorre apenas de questões individuais, mas pode estar relacionada à pobreza, à necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, ao trabalho doméstico não remunerado, à gravidez na adolescência e à ausência de redes de proteção social. Para meninas negras e pobres, esses obstáculos frequentemente se acumulam, produzindo trajetórias educacionais mais vulneráveis.

Portanto, compreender a educação e a desigualdade de gênero no Brasil exige reconhecer que as barreiras enfrentadas pelas mulheres são produzidas por múltiplas estruturas sociais. A promoção da igualdade não depende apenas de ampliar o acesso feminino à escola, mas também de enfrentar desigualdades raciais, econômicas e culturais que continuam determinando quem possui maiores oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Embora as mulheres apresentem níveis crescentes de escolarização, essa vantagem educacional não se converte automaticamente em igualdade no mercado de trabalho. Os indicadores do IBGE demonstram que elas continuam concentradas em atividades relacionadas ao cuidado, à educação e aos serviços, além de permanecerem submetidas a jornadas duplas decorrentes da responsabilidade desproporcional pelos trabalhos domésticos não remunerados. Essa realidade evidencia que as desigualdades profissionais decorrem não apenas da formação acadêmica, mas também da persistência da divisão sexual do trabalho.

Guacira Lopes Louro (2014) destaca que a escola participa ativamente dessa construção ao reproduzir expectativas diferenciadas para estudantes de acordo com seu gênero. A autora demonstra que práticas pedagógicas aparentemente neutras frequentemente reforçam estereótipos, contribuindo para a manutenção das desigualdades profissionais observadas na vida adulta. Comentários sobre “aptidões naturais”, expectativas distintas em relação ao desempenho em determinadas disciplinas e a ausência de referências femininas em áreas científicas fortalecem a percepção de que certos espaços não pertencem às mulheres. Outro aspecto relevante refere-se à sobrecarga de trabalho doméstico. Em muitas famílias brasileiras, meninas assumem responsabilidades relacionadas ao cuidado de irmãos menores, idosos e atividades domésticas desde a infância. Essa distribuição desigual do trabalho reduz o tempo disponível para os estudos e compromete seu desempenho escolar.

Além das responsabilidades familiares e das dificuldades econômicas, a violência constitui importante fator de evasão escolar feminina. Dados da PeNSE 2024, indicam que aproximadamente uma em cada quatro meninas já sofreu alguma forma de violência sexual, situação que pode produzir impactos significativos sobre a permanência escolar, o desempenho acadêmico e a saúde emocional das estudantes. A literatura demonstra que ambientes escolares inseguros tendem a aumentar os índices de abandono e de baixo rendimento entre adolescentes do sexo feminino.

Nesse contexto, meninas interessadas em áreas como engenharia, computação, física ou liderança política frequentemente enfrentam discursos que questionam sua competência ou aptidão. Embora tais discursos nem sempre sejam explícitos, eles produzem insegurança, diminuem a confiança das estudantes e influenciam escolhas acadêmicas e profissionais. Assim, o desencorajamento da expansão feminina constitui um dos principais mecanismos contemporâneos de reprodução das desigualdades. Embora menos visível que as formas tradicionais de discriminação, ele continua limitando a participação das mulheres em posições de liderança, pesquisa científica, gestão pública e produção intelectual. Entre as consequências mais graves das desigualdades educacionais encontra-se a limitação da autonomia econômica das mulheres, condição que frequentemente contribui para sua permanência em relações marcadas pela violência doméstica.

A violência contra a mulher constitui fenômeno multidimensional que envolve fatores culturais, sociais, econômicos e psicológicos. Embora suas manifestações mais visíveis sejam as agressões físicas, a violência também assume formas psicológicas, patrimoniais, morais e sexuais, conforme reconhecido pela Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Em muitas situações, a dependência financeira impede que a vítima rompa o ciclo da violência, mesmo quando reconhece os riscos a que está submetida. Heleieth Saffioti (2015) afirma que o patriarcado sustenta relações de poder nas quais o controle econômico constitui importante mecanismo de dominação masculina. Ao limitar o acesso feminino aos recursos financeiros, restringe-se também sua capacidade de tomar decisões autônomas sobre sua própria vida.

Sob essa perspectiva, educação e autonomia econômica encontram-se profundamente relacionadas. Mulheres que possuem maior escolarização tendem a ampliar suas possibilidades de inserção profissional, aumentando sua independência financeira e reduzindo a vulnerabilidade decorrente da dependência econômica. Isso não significa que mulheres economicamente independentes estejam imunes à violência doméstica, mas indica que dispõem de maiores condições materiais para interromper relações abusivas. Simone de Beauvoir (2019) já afirmava que a independência econômica representa condição indispensável para a liberdade das mulheres. Segundo

a autora, enquanto permanecerem privadas do controle sobre os meios de sua própria existência, continuarão sujeitas a relações assimétricas de poder.

Nesse sentido, políticas públicas voltadas exclusivamente ao enfrentamento da violência doméstica mostram-se insuficientes quando desconsideram as desigualdades educacionais e econômicas que sustentam a dependência feminina. A ampliação do acesso à educação de qualidade, o incentivo à permanência escolar, a promoção da igualdade salarial e o fortalecimento das oportunidades de inserção profissional constituem medidas fundamentais para reduzir a vulnerabilidade das mulheres e ampliar sua autonomia.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que as desigualdades de gênero presentes na educação brasileira não constituem fenômenos isolados, mas expressam processos históricos, sociais e culturais que estruturam as relações de poder na sociedade. Embora os avanços conquistados pelas mulheres nas últimas décadas tenham ampliado significativamente o acesso à escolarização e ao ensino superior, permanecem mecanismos simbólicos e institucionais que limitam sua permanência em determinados espaços educacionais, profissionais e políticos.

Ao discutir o ensino de História e a produção historiográfica, Maria da Glória de Oliveira evidencia que a invisibilização das experiências femininas não decorre da ausência de participação das mulheres na construção da sociedade, mas dos critérios de seleção dos sujeitos considerados dignos de memória. A superação desse apagamento constitui condição indispensável para a construção de uma educação comprometida com a pluralidade, a democracia e a igualdade de direitos.

As reflexões de Maria da Glória de Oliveira reforçam que a transformação das desigualdades de gênero depende igualmente da revisão dos processos de produção e circulação do conhecimento histórico. Uma educação comprometida com a equidade não se limita a ampliar o acesso das mulheres à escola, mas exige a reconstrução das narrativas históricas ensinadas, valorizando a participação feminina na ciência, na política, nas artes, nos movimentos sociais e na produção intelectual. Ao tornar visíveis sujeitos historicamente silenciados, o ensino de História contribui para romper mecanismos de violência simbólica e ampliar as possibilidades de identificação, pertencimento e participação das novas gerações na vida democrática

Os indicadores mais recentes reforçam que a desigualdade de gênero permanece como desafio estrutural da sociedade brasileira. Apesar da ampliação do acesso das mulheres à educação, persistem desigualdades relacionadas à distribuição do trabalho doméstico, à violência de gênero, à ocupação de postos de menor prestígio e à vulnerabilidade econômica. A permanência desses indicadores confirma

que a democratização da educação, embora indispensável, deve ser acompanhada por políticas públicas voltadas à igualdade de oportunidades, ao enfrentamento da violência contra as mulheres e à redistribuição das responsabilidades de cuidado.



REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 ago. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: PeNSE 2024*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2024.
JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **História, ensino de História e formação docente**. Curitiba: CRV, 2017.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **A história indisciplinada e seus outros: reflexões sobre a(in)utilidade de uma categoria.** in: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN,Rodrigo (Orgs). A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimentohistórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

UNESCO. *Behind the numbers: ending school violence and bullying*. Paris: UNESCO, 2019.